

## **A POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO NOVO EM PORTUGAL: REFLEXOS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**Nancy dos Santos Casagrande**  
**IP-PUC/SP**

Não se pode compreender os rumos de um país sem considerar as questões educacionais. Em se tratando de Portugal, não poderia ser diferente, afinal, uma nação que teve um processo político tão difícil haveria de ter na Educação a solução dos problemas não só sociais, mas também políticos.

Para entendermos como as consequências de uma determinada postura política assumida por Antonio Salazar na forma de governar Portugal refletiu-se na escola, apresentaremos um panorama histórico da educação no país durante o seu governo.

Ao final da Primeira República, Portugal era um país essencialmente rural, em que 70% da população era analfabeta. O acesso ao ensino era reduzido e pouquíssimos tinham acesso ao ensino secundário. Uma política educacional tímida se fazia presente, o ensino primário não teve a expansão pretendida e a educação como fator preponderante de mudança social não aconteceu; no entanto a essa situação, seguiu-se:

uma política que pretendia evitar os votos conservadores das zonas rurais e que, a par da valorização do progresso material, levou ao desenvolvimento do Ensino Técnico elementar e à criação do Ensino Primário Superior nas zonas urbanas mais alfabetizadas, que poderiam retribuir em votos a oferta educativa. (CARVALHO, 2005, p. 18).

Nesse sentido, podemos dizer que o “investimento” nesse setor da sociedade repercutiu sobremaneira em relação aos liceus, por exemplo. Se em 1910, havia 32 liceus com 8700 aluno e 500 professores, em 1926 havia 33 liceus com 12600 alunos e 840 professores, tendo um aumento de 45% no número de alunos e 64% no número de professores. Como a preocupação dos dirigentes republicanos era formar a elite pensante do país, o investimento nos cursos superiores também foi sensível, afinal de uma única universidade, com 1260 alunos, em 1910, passou-se a 4120 alunos nas universidades de Coimbra, Lisboa e Porto em 1926.

Assim, considerando que este trabalho deter-se-á à análise dos manuais didáticos de língua portuguesa, mais especificamente as Antologias, utilizados nos liceus no período de 1964-1974 do século XX, faz-se relevante tratarmos efetivamente da instituição dos liceus como instância de formação da elite dirigente do país, assim como da política linguística, refletida nessas obras, adotada pelo governo nesse período.

## OS LICEUS

Para compreendermos a importância dos Liceus na sociedade portuguesa, é preciso retomar a importância do ensino secundário durante o século XX.

Sobre isso afirmam Nóvoa, Barroso e Ó (2003, p.17):

o ensino secundário cumpre um papel decisivo na fabricação de cidadãos para os novos Estado-nação. Ora, se este processo é bem conhecido para o ensino obrigatório, pouco tem sido escrito sobre o ciclo intermédio de escolarização. E no entanto, é evidente a sua importância, a partir do século XIX, no projecto de formação das classes dirigentes.

Tal afirmação vem elucidar o papel da Educação durante a institucionalização do Estado Novo, reafirmando os princípios ideológicos que desde o século XIX nortearam a política portuguesa. Nesse sentido, o Estado define-se como “*Estado educador*”, substituindo as famílias e a Igreja no seu papel de formação das crianças e dos jovens: o “novo aluno”, autónomo e responsável, é também o “novo cidadão”, activo e empreendedor”. (idem, 2003, p. 19).

Interessante é notar que os princípios ideológico-políticos que sustentaram o Estado Novo se refletem na concepção de escola, ao concebê-la como uma “máquina liceal”, pela qual se fazia o “enquadramento” da formação dos alunos.

Assim, podemos dizer que a base da educação portuguesa arvorou-se nessa formação integral do aluno, pressupondo, inclusive, os aspectos morais que seriam imprescindíveis na sua formação como cidadão, durante o Estado Novo, esses parâmetros fundamentais na constituição da escola; entretanto, antes de tratar da Educação com esse intuito, havia que se restaurar economicamente a nação e, para isso, eram necessários cortes nos gastos públicos; Salazar não titubeou em reorganizar as finanças a partir de cortes em setores como a saúde e a educação.

Para isso, três relatórios foram elaborados entre 1928 e 1932. No primeiro, datado de 1928, constata-se o aumento da população do ensino oficial, situação que não deveria ser contrariada, ou seja, haveria a necessidade de investimento na área educacional, uma vez que a demanda assim apontava, porém no relatório verificou-se que:

Portugal tinha apenas cinco liceus para cada milhão de habitantes e registrava frequência escolar mais baixa dos países europeus com os quais era comparado (1,8 alunos por mil habitantes) e concluía: “vê-se claramente que precisamos de mais liceus e outras escolas de ensino secundário geral”,

por essa razão manifestava-se contra o corrente que defendia o desenvolvimento do ensino técnico médio para contrariar a tendência de frequência do ensino secundário geral. (CARVALHO, 2005, p. 19).

Os dados revelavam a debilidade do ensino secundário do país, mas a comissão responsável por essa avaliação tinha a obrigação de apresentar propostas de redução de despesas. Para tanto, a partir da justificativa da não ampliação do quadro de professores correspondentes à demanda de alunos, bem como o não alargamento de instalações adequadas, sugeriu-se que “os liceus nas zonas de menor frequência fossem convertidos em nacionais (isto é, não teriam cursos complementares; o desenvolvimento do ensino privado; a redução do ensino oficial”. (idem, 2005, p.19). Essas medidas seriam apropriadas para a redução dos gastos, atingindo-se a economia pretendida, além disso, a intenção era melhorar a qualidade tanto do corpo docente, quanto do corpo discente, já que a proposta dispensaria os professores provisórios e recusaria os alunos cujo aproveitamento fosse insuficiente.

No segundo relatório, referente ao período de 1927/28, a comissão propunha a regulamentação de medidas sugeridas anteriormente e constatava, ainda, que a maior parte do país desconhecia o ensino secundário e embora a população que o frequentava fosse a das cidades universitárias, Coimbra, Lisboa e Porto, não era dotada de caráter exemplar, já que era ambiciosa e queria enriquecer rápido, sem se preocupar se os meios eram honestos para isso.

Sobre essa questão, afirma ainda Rosas (2001, p. 1041):

Verificava-se um «défice de mentalidade», uma «insuficiência moral», uma «indisciplina mental da mocidade», que o levavam a concluir: «O País não acompanha espiritualmente o ritmo do Estado Novo.» Havia que tratar disso, e desde logo a partir do Estado, uma vez que este «tem o direito, mais que o direito, o dever de seleccionar todos os agentes do desenvolvimento da inteligência e da formação espiritual<sup>1</sup>»

Assim, vislumbramos uma ideologia que se impõe a partir do momento em que essa comissão passa a “sugerir” a seleção de um grupo específico, ou do que seria a elite que governaria o país:

mantendo um tal regime de selecção escolar, poderosamente estamos contribuindo para a formação das elites que, embora possam demonstrar um nível mental relativamente elevado, não poderão deixar de ir declinando no valor do seu timbre moral. (CARVALHO, 2005, p. 20).

---

1 Carneiro Pacheco, «Declarações de Sua Excelência o Ministro da Instrução Pública no acto de posse», in *Escola Portuguesa*, ano II, n.º 69, Fevereiro de 1936, pp. 1 e 2.

Frente a esses argumentos, a comissão propôs a criação de pequenos liceus ou escolas municipais para as populações rurais, deixando clara a política de formação de uma elite que deveria ser oriunda da cidade por ser considerada essa população mais ativa, enérgica e inteligente do que as populações rurais, reforçando as intenções de preparação da elite.

O terceiro e último relatório trata, principalmente, das dificuldades que os poucos alunos que terminavam o liceu tinham para chegar à universidade. Desse modo, a intenção era a de restringir ao máximo o acesso ao ensino superior com o propósito de selecionar efetivamente os melhores alunos, o que, segundo a comissão, seria importante para a manutenção da qualidade do ensino. Sendo assim, Carvalho (2006, p. 22) afirma que:

As soluções que foram recomendadas, isto é, restringir a frequência do ensino oficial e eliminar parte da população que o procurava, (pelo menos a médio prazo, enquanto o ensino particular não se desenvolvesse para absorver os alunos excluídos admitindo que todos pudessem aceder-lhe), revelam também o modo como, a pouco e pouco, apesar da divergência de projectos, se foi consolidando a ordem autoritária.

Foi sob a ótica autoritária que se concebeu a escola no Estado Novo. Ela representava “a voz dos serviços de orientação, a expressão da vontade superior que deve informar a escola renovada” e o professor não poderia poupar esforços, até mesmo pessoais, a bem da nação. Essa apologia ao sacrifício em nome de um ideal comum permeou a vida dos portugueses em todas as suas instâncias.

Em maio de 1935, em artigo publicado na *Revista Escola Portuguesa*<sup>2</sup>, lê-se que

a educação durante o Estado Novo limitava e castrava o espírito criador, democrático e libertador e subordinava-se a uma ideologia que afirmava o mestre como modelador de almas para educar politicamente; o livro escolar como principal ordenador da cultura, da memória e da acção escolares; a trilogia da educação nacional “Deus, Pátria, Família”, como síntese da Pedagogia e da Educação moral do Regime; a apologia a um lar perfeito, rústico, humilde, analfabeto, patriarcal, cristão;(...)

Frente a essas considerações, o professor ideal deveria preencher alguns critérios:

(...) eram considerados critérios predominantes: ser zeloso e dedicado e ter prestígio junto à comunidade. Num segundo plano situavam-se o prestígio estético profissional (modelo profissional); as virtudes morais e cívicas (modelo pessoal) e o desempenho de diversas funções escolares e extra-escolares (modelo social). Por último, eram consideradas competência profissional, cultura e inteligência e actividade artística e literária. (NÓVOA, 1992, p. 457).

<sup>2</sup> Tais informações foram retiradas do site: <http://alvarovelho.net/index.php>, acessado em 05/07/09 às 16h30.

Vale ressaltar que importava à política vigente que o professor fosse socialmente aceito, não sendo significativo se sua formação profissional estava de acordo com o papel que desempenhava em sala de aula. Assim, podemos perceber que a sociedade legava à escola a formação de seus filhos, por isso, “todas as disciplinas deveriam servir ao professor para desenvolver no espírito das crianças o sentimento de grandeza nacional, a noção de suas responsabilidades de portugueses e de Portugal no mundo”.

Ora, considerando o papel político exercido por Salazar, quando de sua posse em 1928 e de seus feitos ao longo do tempo, como mentor intelectual do regime, só se podia vislumbrar uma educação autoritária, carregada de uma ideologia cujo papel seria o de formar os dirigentes do país, nem que para tal fosse necessária a separação entre ricos e pobres, entre cidadãos urbanos e cidadãos camponeses, atribuindo-lhes valores e capacidades diferenciados, segundo Carvalho (2005, p. 23):

(...) o problema fulcral era definir quem era a elite e o papel que o ensino desempenhava na sua selecção e aqui não havia qualquer consenso. O ensino universitário, pela estreitíssima faixa de população que o frequentava era, sem sombra de dúvida, reservado a um escol verdadeiramente superior.

Assim, é fato importante mencionar que houve, a certa altura, discussões que chegaram a considerar a criação de escolas diferentes para ricos e pobres, com orientações, concepções e metodologias diferenciadas, assunto que foi condenado nas instâncias pedagógicas, uma vez que no Congresso da Associação de Professores de Portugal afirmou-se que a escola única igualaria a instrução primária da infância em todos os países e a finalidade de combater o ódio entre os povos, lutando assim, pela paz.

Mediante essas colocações, podemos perceber que o regime salazarista impôs-se, também, por uma segregação de classes que começou pela escola, pois ao “valorizar” o trabalho rural, o governo acabava por manter a população do campo, sem instrução, sem condições de questionar a realidade que a cercava e os desmandos do poder. Em contraposição, escolher a população urbana como mais inteligente e buscar nela os melhores alunos significava “investir” em um público que seria preparado para assumir o poder e assim, continuar o trabalho de manipulação ideológica que atenderia plenamente aos interesses da classe dominante.

Há que se considerar que em meados dos anos 30, o sentimento patriótico veio à tona no sentido de tornar os portugueses ainda mais orgulhosos de seu passado. As influências nazi-fascistas se faziam presentes e mesmo Portugal tendo se declarado neutro, quando da

eclosão da Segunda Guerra, em 1939, o regime salazarista prezou pelo sentimento nacionalista e passou a usar a escola como instrumento de imposição dessa ideologia<sup>3</sup>.

Nesse sentido, Carvalho (2005, p. 34) afirma que:

A acção do Estado conseguiu pois sustentar o aumento do ensino público liceal, desviando-o para o ensino privado, embora sem perder o seu controlo. Como nota J. Formosinho, as escolas privadas, mesmo católicas, dependiam de autorização estatal, não eram subsidiadas, tinham o currículo das escolas do Estado e os alunos eram examinados nas escolas estatais.

Assim, podemos notar o poder que o Estado exerceu na escola, a ponto de controlar, inclusive os programas de ensino que eram ministrados, o que nos mostra Rosas (2001, p. 1043) quando afirma que:

Para os inspiradores e autores da reforma educativa de 1936, se se quisesse, para os ideólogos fundadores da «educação nacional», o objectivo a atingir não podia ser mais claro: «A educação [...] não pode limitar[-se] à elaboração de programas, construção de escolas, mas à orientação justa da vida individual e nacional.» Como lembrava Cordeiro Ramos, nos tais «Estados renovados», onde o Portugal salazarista enfileirava, «alargou-se a acção da escola, cujo fim não é apenas ensinar, mas sobretudo educar e educar politicamente, no sentido nobre da palavra<sup>4</sup>».

Essa política de manutenção da escola como sendo a responsável pelo *status quo* em que se encontram as classes mais favorecidas permanecerá durante o período seguinte, até o fim do Estado Novo.

Se à escola cabia o papel de educar em um âmbito mais amplo, sua forma de concretizar tal educação seria não só pelas atitudes do professor como representante supremo da instituição, mas também pela adoção de manuais didáticos que complementassem a ideologia subjacente ao poder. Será sobre essas obras, adotadas nas aulas de Língua Portuguesa, que trataremos a seguir.

---

3 É preciso lembrar que data desse período a fundação da Mocidade Portuguesa, organização nacional que tinha por objetivo a formação “de caráter” dos jovens portugueses, estudantes ou não, dos 7 aos 14 anos. O intuito de tal organização era a de completar a ação educativa iniciada pela Igreja, pela família e pela escola, sem sobrepor-se a elas.

4 RAMOS, G.C. Os Fundamentos Éticos da Escola no Estado Novo, Lisboa, ed. União Nacional, 1937, p. 364 e 367.

## OS MANUAIS DIDÁTICOS

Considerando o contexto histórico, social e político de Portugal, quando da instauração do Estado Novo, bem como os princípios ideológicos que sustentaram o regime durante os 40 anos em que Salazar esteve à frente da nação, apresentaremos uma das obras adotadas, para o ensino de Língua Portuguesa, no liceu, no período de 1964 a 1974.

Nosso objetivo é analisar o prefácio dessa Antologia no sentido de buscar elementos linguísticos que denotem a ideologia que perpassou a política educacional de então. Será ela: *Selecta Literária Vol 1*, organizada por Julio Martins e Jaime da Mota, ambos professores efetivos do ensino. É necessário afirmar essa obra foi publicada no período selecionado para a pesquisa e que se constitui como fonte primária.

Sabemos que o sentimento de nacionalismo foi exacerbado durante os anos 30 e 40 do século XX e não podemos desconsiderar que o passado glorioso de Portugal, por exemplo, continuou sendo parte do conteúdo de diversas disciplinas, entre elas a de Língua Portuguesa, inclusive nos anos 60-70 do século passado.

Desse modo, para analisarmos essa obra, utilizaremos os princípios da Historiografia Linguística, levando em consideração o princípio da contextualização, bem como o da imanência, no exame das fontes primárias de pesquisa.

Passaremos, então, à análise da obra *Selecta Literária Vol I*, de Júlio Martis e Jaime da Mota.

De início, a obra, em sua 6ª edição, datada de 1966 e destinada aos alunos do 3º ano, apresenta os autores como professores efetivos dos Liceus Padre Anónio Vieira e Gil Vicente, respectivamente, sendo que Jaime da Mota acumula, ainda o cargo de Inspetor do Ensino Normal Primário, atributo que lhe compete autoridade extrema, visto ser este um cargo público. Feitas as devidas apresentações, a obra traz o Programa de Português, assim expresso:

Leitura e estudos de trechos em prosa e verso de obras literárias portuguesas do século XIX e XX, que pelo seu conteúdo e pela sua forma sejam acessíveis à inteligência dos alunos, despertando neles o gosto literário e artístico, fomentando o interesse científico e sugerindo impressões tendentes a uma sólida e recta formação moral. Leitura de contos escolhidos.

Ora, sabemos que é de suma importância, no contexto educacional em que a obra é publicada, a ênfase ao ensino secundário, principalmente ao Liceu, como a instituição formadora das elites que governariam o país e que, para tanto, teriam de conhecer bem a



Língua Portuguesa e nada melhor do que fazê-lo por meio da Literatura que se marca como expressão maior da identidade cultural de um povo. Importante é notar que o Programa previsto para o ensino de Língua Portuguesa pressupõe as “impressões tendentes a uma sólida e recta formação moral”, o que, mais uma vez, marca a escola como sendo aquela que dita os padrões morais que devem ser seguidos socialmente, conforme já afirmamos anteriormente, quando da apresentação do papel do professor junto ao aluno.

Assim, diante dessas considerações, Augusto de Castro, no Prefácio dessa obra enaltece a Língua Portuguesa como sendo:

...criada ao sol do mar, batida pelos ventos da montanha, língua que embalou heróis e santos, língua que as ondas do Atlântico conheceram e dilataram, é ela a fronteira última de Portugal no mundo. Nas suas asas de ouro, o gênio português, águia soberba, descobriu e percorreu a face da terra.

Torna-se fundamental salientar que nesse trecho, há uma enorme preocupação em trazer ao leitor a dimensão social da Língua Portuguesa que não só é a língua dos heróis, mas também dos santos; ademais, o fato de ter ela percorrido o mundo nas ondas do Atlântico, possibilita um redimensionamento ainda maior dos descobrimentos e do processo de colonização, passado glorioso de que jamais o estudante português deve se esquecer. E continua Augusto de Castro:

Foi a língua do Infante, de Vasco da Gama, de Pedro Álvares Cabral, de Albuquerque – a língua em que nos moldámos raças e construímos pátrias. Foi a língua que ensinamos ao Brasil, que, na voz das caravelas, levámos à África, à Índia, ao Japão, às Costas do Pacífico, ao interior dos continentes. A língua é a pátria da alma dos povos. E o livro é o legado, a herança, o instrumento da imortalidade, da tradição dessa alma.

Neste trecho da citação, temos a ênfase ao período dos descobrimentos de modo direto. A referência às personagens históricas é fundamental no sentido de compreendê-las como sujeitos que escreveram a história de Portugal numa dimensão também linguística. É parte de uma política linguística evocar os feitos históricos, bem como as personagens neles envolvidos a fim de se marcar a língua como fator de identidade política que ultrapassou os limites territoriais de Portugal, afinal, “a língua é a pátria da alma dos povos”, como afirma Castro. Para encerrar o prefácio, a referência ao livro como o veículo real e concreto dessa língua tão sem fronteiras que “impingiu” alma a tantos povos “sem identidade”.

Ao folhear a obra, percebemo-la rica em autores consagrados da Língua Portuguesa do século XIX, como Almeida Garret e Alexandre Herculano a Fernando Pessoa e Almada Negreiros, do século XX.



Os textos variam entre poéticos e de prosa, tratando essencialmente dos acontecimentos históricos, como uma peça intitulada “No altar de Deus e da Pátria” de Almeida Garret que traz a figura de D. Filipa de Vilhena e seus filhos, D. Jerónimo de Ataíde e D. Francisco Coutinho, quando ela, a mãe, entrega as espadas que fora do pai aos filhos, tornando-os cavaleiros. A emoção toma conta da cena e ao final, Garret dirige-se ao leitor mostrando-lhe o quanto a vida só lhe é boa por ser um dom de Deus e de seus pais. Honrar a família, neste texto é condição primordial para a formação do cidadão íntegro e de bem, haja vista os príncipes que herdaram do pai a espada por serem homens de bem:

“Deu-te Deus o amor da vida, o instinto da virtude e a luz da razão; mas nós formámos o teu corpo para os gozos da existência, moldámos o teu coração para o prazer da virtude e ilustrámos teuentendimento para dirigires o teu coração e teu corpo, para viveres e seres feliz. (MARTINS e MOTA, 1966, p. 12).

Notamos, por meio desse exemplo uma doutrinação efetiva, mostrando o valor da família e da religião, afinal, como afirma Nóvoa, Barroso e Ó (2003, p.17):

(...) os estudantes liceais estão numa idade de transição, num momento em que se define grande parte de suas vidas (...) Olhemos para esta idade como um registro simbólico (...) a saída da “escola secundária” coincide muitas vezes com o início da vida profissional, com o matrimónio, com o direito de voto, com o serviço militar.

Daí a importância de reforçar ainda mais o papel da família e da igreja na formação desses alunos que saem para um mundo desconhecido e cheio de possibilidades nem sempre de boa índole.

Continuando o exame da obra, encontramos um texto de Alexandre Herculano intitulado “A Pátria” que tem início apresentando a língua e a religião como sendo “cadeias de bronze que unem, no correr dos tempos, as gerações passadas às presentes”, revelando, mais uma vez a importância da língua e da religião na formação da nação.

E assim sucessivamente, a obra de Julio Martins e Jaime da Mota apresenta textos os mais variados, que vão do amor à pátria, da importância de Portugal como precursor dos descobrimentos, aos valores religiosos entoados em poemas ao Menino Jesus – no caso do texto de Augusto Gil – ou à Última Ceia – como o texto de Gomes Leal.

É importante salientar, também, que o livro traz estampas dos autores da Literatura, além da reprodução de quadros que apresentam fatos históricos como o terremoto de 1755, ou do Padrão de Pedra que ilustra o texto *Padrão* de Fernando Pessoa, além de desenhos que evocam, de alguma forma, os textos que compõem a Antologia.

Assim, podemos dizer que esta obra analisada, à luz dos princípios historiográficos, traz não só o sentimento patriótico, como também os valores familiares e católicos, nos vários textos apresentados pelos autores, e que foram amplamente evocados durante o Estado Novo.

Pequena amostra da política linguística impetrada pelo regime salazarista, este manual didático, utilizado nas décadas de 60-70, do século XX, em Portugal, traz não só autores renomados que sempre prezaram pelo bem falar e o bem escrever, sendo considerados modelos intelectuais de divulgação da língua materna, mas também textos que foram eternizados pelos fatos históricos que fizeram da nação lusitana a maior empreendedora de todos os tempos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes primárias:

MARTINS, J. e MOTA, J. da. (orgs.) *Selecta Literária. Vol. I*. Lisboa: Livraria Didática Editora, 1966.

### Fontes secundárias:

BARROSO, J. (org.) *A regulação das políticas públicas de educação: espaço, dinâmica e actores*. Lisboa: EDUCA – UNIDADE DE I&D DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, 2006.

CARVALHO, M. M. *Poder e Ensino – Os manuais de História na política do Estado Novo*. Lisboa: Livros Horizonte: 2005.

CARVALHO, R. *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

D'ALMEIDA, F. *Breve História do Século XXI*. (Trad. Carlos Correia Monteiro de Oliveira) Lisboa: Editorial Teorema S. A. 2008.

NÓVOA, A. “A Educação Nacional.” in ROSAS, F. (org.) *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1992, p. 455-519.

NÓVOA, A e SANTA-CLARA, A. T. *Liceus de Portugal. - Histórias, Arquivos, Memórias*. Porto: Edições Asa, 2003.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2006.

RAMOS, G. C. *Os Fundamentos Éticos da Escola no Estado Novo*, Lisboa, ed. União Nacional, 1937, p. 364 e 367.

ROSAS, F. “O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. In: *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Vol XXXV, nº 157, pp. 1031-1054.